

Sumário: “Arcipreste Paiva” é o nome de uma das ruas centrais de Florianópolis. “Arcipreste” é o título eclesiástico do Pe. Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, nascido em Desterro, o nome anterior de Florianópolis, em 1821, e aqui falecido menos de 50 anos depois, em 1869. O autor apresenta o perfil dessa figura ilustre do clero catarinense de meados do século XIX, ilustre como padre, como político, e como escritor. Na primeira parte, retrata a figura humana do Pe. Paiva, segundo as informações de Osvaldo Rodrigues Cabral e de Altino Flores. Na segunda parte, analisa a obra maior do Arcipreste, o seu “Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina”, completado em 1868 mas só recentemente editado. Dessa forma obtém-se uma idéia, mesmo se incompleta, da grandeza desse eclesiástico catarinense que, em tão pouco tempo, em tão curta vida, realizou tanto.

Abstract: A street in the city of Florianópolis is named after the priest Fr. Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva whose title as arch curate was conferred upon him in recognition of his merits as priest, politician, and writer. He was born in 1821, in the city of Desterro, as Florianópolis was called formerly, and died at an early age of less than 50 years, in 1869. The text is presented in two parts. The first draws a picture of this illustrious personality based on the information supplied by Osvaldo Rodrigues Cabral and Altino Flores. The second analyses his important work providing a complete outline of the State: Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina, which was completed in 1868, but was published only recently. The author recognizes that we have only a general idea though not an all-inclusive account of this outstanding ecclesiastic figure of Santa Catarina who was able to achieve so much in such a short time.

O Arcipreste Paiva

“Uma grande figura da pequena Província”¹

Ney Brasil Pereira*

* O Autor é Mestre em Ciências Bíblicas, Professor no ITESC, e membro da Academia Desterrense de Letras.

1 Subtítulo da conferência pronunciada por Altino FLORES no Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, em 28-07-1938, sobre o Arcipreste Paiva. O título da conferência, “Padre Cantigas”, aludia ao apelido herdado de seu pai, Manoel de Oliveira Gomes, “que fora solicitador de capelas e resíduos”, segundo informa o conferencista (FLORES, Altino, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico, vol. 1, 2º semestre, 2ª fase, 1943, p.99).



Tendo a honra de traçar o panegírico do meu Patrono, começo com pequena informação sobre esse termo – “panegírico” – que todo mundo sabe que é um discurso elogioso de algum personagem. O termo como tal vem do grego clássico, onde encontramos o vocábulo *panêguris*, que significa uma assembléia popular, convocada em vista de uma solenidade, por exemplo, para os jogos olímpicos, como informa Bailly em seu Dicionário². De *panêguris* vem o adjetivo *panêgurikós*, o qual, com o substantivo *lógos* subentendido, tem em grego o sentido que passou para o português. Quanto ao termo “Arcipreste”, etimologicamente vem de *archi-presbyter*. Assim como “Arcebispo”, que vem do grego através do latim *archi-episcopus*, e designa um bispo com certa preeminência sobre outros bispos, assim “Arcipreste”, igualmente vem do grego através do latim *archi-presbyter*, designando um presbítero, ou seja, um padre, com certa preeminência entre outros padres. Depois, veremos em que circunstâncias Pe. Paiva recebeu este título.

Na sessão solene aqui realizada à noite de 22 de agosto p.p., ao tomar posse da Cadeira 31, cujo Patrono é o Arcipreste, eu começava aludindo ao “impressionante currículo” deste ilustre desterrense, falecido com menos de 50 anos de idade. Ei-lo, em síntese, esse currículo. Nascido nesta cidade de Nossa Senhora do Desterro aos 12 de junho de 1821, aqui faleceu prematuramente aos 29 de janeiro de 1869, tendo no ano anterior completado o seu *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*, obra monumental não tanto pelo volume como pela multiplicidade e o acerto das informações aí recolhidas e que permaneceu muito tempo inédita, vindo afinal a ser publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em 2003. O volume, de 280 páginas, é o n. 5 da coleção “Catariniana”. O autor aí se identifica como “*Joaquim Gomes de Oliveira Paiva*, Cavaleiro das Ordens de Cristo e da Rosa, Examinador Sinodal do Bispado do Rio Grande do Sul, Sócio Honorário do Ateneu Paulistano, Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Paulo, do Ginásio Científico Literário Brasileiro, e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, membro da Assembléia Legislativa Provincial, Professor de Filosofia Racional e Moral do Liceu Dom Afonso, de Porto Alegre, e do Liceu Catarinense, Diretor, Membro Correspondente e Professor na Instituição Pública, Vigário colado na Igreja paroquial de Nossa Senhora do Desterro, e Arcipreste das Igrejas da Província de Santa Catarina”³. Como inspiração do seu trabalho, ele cita um dístico de Antônio Ferreira:

2 BAILLY, A., *Dictionnaire Grec-Français*, Librairie Hachette, Paris, 1950

3 PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e, *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*, edição do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, col. Catariniana, Volume 5, Florianópolis, 2003, p. 19.



Eu, desta glória só, fico contente, / que a minha Terra amei, e a minha gente.

Sobre ele, assim se exprime Marly Ana Fortes Bustamante Mira, Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, na apresentação do “Dicionário”: “As obras religiosas, filosóficas, históricas e geográficas do Arcipreste Paiva foram preciosas contribuições à cultura catarinense do século XIX nas suas tentativas, com outras pessoas, de modernizar intelectualmente a sociedade provincial. Destacou-se na oratória sacra, no magistério – professor e fundador de vários colégios; na política provincial – vereador e deputado provincial, vice-presidente e presidente da Assembléia; jornalista e escritor – “Cânticos Sacros”; orador – “Ensaios Oratórios” (1861); biógrafo – de Joaquim Francisco do Livramento, o “Irmão Joaquim”, e de Joaquim José Varela; historiador – Memória sobre a colônia alemã de São Pedro de Alcântara na Província de Santa Catarina (1848), Notícia Geral da Província de Santa Catarina, publicada postumamente, em 1873, e o já mencionado “Dicionário”, completado em 1868, um ano antes do seu prematuro falecimento.

De sua curta vida, ainda algumas informações, a maioria das quais encontrei na obra de Walter F. Piazza, *A Igreja em Santa Catarina – Notas para sua História*⁴: Após os estudos primários, realizados na cidade natal, o jovem Joaquim dirigiu-se para o Rio de Janeiro a fim de matricular-se, com 17 anos de idade, no Seminário São José do Rio Comprido. Notar que, na época, Santa Catarina pertencia, eclesiasticamente, ao bispado do Rio de Janeiro. Seus estudos foram custeados por uma pensão anual, conseguida do Governo Provincial, e mais tarde devolvida ao Tesouro da Província. Ordenado padre em 1842, com apenas 21 anos de idade, permaneceu mais algum tempo no Rio, aperfeiçoando seus estudos. Retornando a Santa Catarina, já no ano seguinte, 1843, vemo-lo lecionando francês, latim e filosofia, segundo informa Osvaldo Cabral⁵. No ano seguinte, 1844, aos 23 anos de idade foi provisionado Vigário – hoje dizemos “pároco” – de São José da Terra Firme, ali permanecendo até 1849. Depois, por quase vinte anos, foi Vigário de Nossa Senhora do Desterro, na capital da Província, até sua morte. Em 1857 e 58 esteve em Porto Alegre, sempre ativo no magistério e na política, além de no seu

4 PIAZZA, Walter F., *A Igreja em Santa Catarina – Notas para sua História*, IOESC, Florianópolis, 1977, p. 279.

5 CABRAL, Osvaldo Rodrigues, *História de Santa Catarina*, Florianópolis, Edit. Laudes, 1970, p. 143.



ministério sacerdotal. Foi Vereador em São José e, depois, Deputado Provincial desde a 5ª até a 17ª legislatura, isto é, desde 1844 até seu falecimento, tendo sido nomeado também Visitador diocesano, em 1863 e, logo, Arcipreste da Província, em 1864, título que lhe dava posição de liderança entre os padres de Santa Catarina. Como professor particular, fundou o Colégio “Belas Letras”, no Desterro, em 1850 e, em Porto Alegre, foi Diretor do Liceu “Dom Afonso”. Como jornalista, fundou o jornal “A Regeneração”, em 1852. Como político, ocupou várias vezes o cargo de Vice-Presidente, uma vez o de 1º Secretário, e duas vezes o de Presidente da Assembléia: em 1856 e em 1868.

Isto dito, a modo de abertura, pretendo agora apresentar em dois quadros este panegírico do **Padre, Arcipreste, Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva**, ínclito Patrono da Cadeira 31 da nossa Academia, de que sou titular, e Patrono também da Cadeira 21 da Academia Catarinense de Letras. Os dois quadros são os seguintes: primeiro, algumas informações sobre a sua atuação e personalidade, valendo-me especialmente das pesquisas de Osvaldo Rodrigues Cabral e de Altino Flores e, segundo, uma análise do seu já mencionado “*Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*”, obra que por si só mereceria o espaço de toda uma conferência.

1. Atuação e personalidade

Começemos com as informações do nosso historiador maior, **Oswaldo Rodrigues Cabral**, no segundo volume da sua monumental “*Nossa Senhora do Desterro*”⁶, cujo conjunto soma 1090 páginas de leitura obrigatória para quem ama esta cidade. A primeira referência de Cabral ao Arcipreste, nessa obra, é a notícia de um sermão seu na missa em honra de Santa Cecília, no dia 22 de janeiro de 1858. Dita missa, mandada celebrar pela “União Musical”, conforme notícia no jornal “Argos” do mesmo dia, foi “solene, abrilhantada pelo verbo do Pe. Oliveira e Paiva”⁷, que tinha fama de grande orador. Outra referência aos dotes oratórios de Paiva é a que lemos na notícia das novenas realizadas em honra à Senhora das Dores, em setembro de 1855: “Na derradeira, o Pe. Oliveira e Paiva, com o brilho de costume, ocupou o púlpito.”⁸ Outra notícia é a que se

6 CABRAL, Osvaldo Rodrigues, *Nossa Senhora do Desterro*, volume I, “Notícia”, volume II, “Memória”, Florianópolis, Edit. Lunardelli, 1979.

7 Id., *ibid.*, vol. II, p. 61. Esta mesma notícia, com outros detalhes, aparece na p. 286

8 Id. *Ibid.*, p. 283.



encontra no capítulo 8º desse volume, que trata, na expressão chistosa de Cabral, do “clero secular, regular e irregular”. Aí nosso historiador refere que, no ano de 1862, Pe. Paiva dedicou “um hino devoto” ao Pe. Moisés Lino da Silva, ex-franciscano ilhéu de vida ilibada que continuava exercendo seu ministério como padre secular, atendendo à Ordem Terceira de São Francisco. Isso não obstou, escreve Cabral, que, “no ano seguinte, um irmão de Paiva, que era sacristão e de maus bofes, agredisse fisicamente o pobre ex-frade, o que deu assunto para os jornais da época e motivo a processo judicial”⁹.

Agora um episódio que suponho tenha sido protagonizado pelo Arcipreste, quando da “missa celebrada em 1868, a 25 de março, para os presos da Cadeia”, como escreve Cabral¹⁰. Refiro-o pelo fato de eu mesmo ser capelão dos presos do nosso complexo penal, aqui na Trindade, onde atualmente se encontram mais de mil detidos, incluindo-se 120 mulheres. Tendo observado que a cerimônia “deve ter sido comovente”, assim a descreve o historiador: “O altar foi armado na sala superior, onde então funcionava a Assembléia Provincial, o santo Sacrifício celebrado com a presença de autoridades, tendo o Delegado de Polícia e o Sub-Delegado acompanhado o Santíssimo com tochas acesas. Trinta e seis presos confessaram-se e comungaram. Terminada a cerimônia, recolhidos às enxovias, que se situavam no andar térreo, foram os presos visitados pelo Delegado, que lhes dirigiu conselhos e, gesto de humildade, terminou por pedir-lhes que o desculpassem de alguma injustiça involuntária que pudesse ter cometido contra eles. Os infelizes agradeceram-lhe, também humildemente, o gesto”. A informação, cujos detalhes, de tão edificantes, pareceriam fantasiosos e, hoje, quase inimagináveis, vem do jornal “O Constitucional”, em data de 16-4-1868, menos de um ano antes da morte de Paiva.

Noutra passagem, Cabral comenta o “hábito de fazer peditório para mandar rezar missas de réquiem”, que “não era o único, pois havia também o de fazerem tais pedidos a fim de angariar fundos pra pagar promessas: fosse a de mandar rezar missa para obter uma graça, fosse qualquer outro tipo de voto”. E informa, sem indicar a fonte: “O padre Oliveira e Paiva combateu veementemente tal prática, considerando-a abusiva”¹¹.

9 Id., *ibid.*, p. 352.

10 Id., *ibid.*, p. 287.

11 Id., *ibid.*, p. 288.



E agora, uma síntese do que Cabral escreve ex-professo sobre Paiva, no já citado capítulo dedicado às figuras do Clero: “Notável orador sacro, recebeu em 1845, por ocasião da visita Imperial, sendo então vigário de São José, a Ordem da Rosa e, mais tarde, a de Cristo. Político, pertenceu ao denominado Partido Cristão, facção dirigida pela família Luz, da qual divergiu posteriormente, por se sentir preterido na indicação de deputado à Câmara Geral. Foi deputado provincial de 1846 a 1856, de 1860 a 1861 e de 1864 até sua morte, em 1869. Durante os mandatos, ocupou vários cargos na Mesa da Assembléia, inclusive a sua presidência, em 1856 e 1868.¹².

Continua Cabral: “Polemista vigoroso, e malcriado quando era preciso, ficaram célebres as suas verrinas em verso contra Marcelino Dutra, o denominado Poeta do Brejo, que não era menos destemperado. Teve o Pe. Paiva a alcunha de “Padre Cantigas”, e dela se valeu Marcelino para caricaturá-lo num soneto que terminava assim:

*Que, fraco no saber, forte na intriga, / vulcão de asneiras,
peçonhenta lava
Vomita impuro, o asno de uma figa.
Não adivinhas? É de raça brava! / É o Cantiguinhas,
filho do Cantigas
Que, de tal pai, tal filho se esperava.*

Pelo que se nota, a alcunha lhe vinha do pai. E Paiva, que em matéria de política não cultivava a humildade, veio valente, em dois sonetos desafortunados cujos tercetos finais eram os seguintes:

*Mordaz, ingrato, amigo da chalaça, / no botequim da fama só folgava
Sofrendo desgostinhos por pirraça!
Eis o herói, de casta brava, / o Camoeca, filho do Chalaça
Que, de tal pai, tal filho se esperava.*

Era um, mas o mote deu ensejo a outro, pelo mesmo figurino:

*Quem, lá no Ribeirão, gulosa abelha / da taverna
os copinhos namorava
Puxando, mandrião, da sota a orelha?
Não conheces? Pois é de casta brava, / filho de bicho,
genro do Savelha
Que, de tal pai, tal filho se esperava.*

¹² Id., *ibid.*, p. 362.



Parece que as alusões genealógicas não deviam agradar os contendores, mas faltam alguns detalhes que só os coevos poderão ter saboreado. Todavia, a alusão deve ter arranhado Marcelino, pois um jornal da época¹³ aconselhava, também em verso, o poeta, a deixar o padre em paz:

Meu matuto, não te metas / a lavar sobrepelizes...

Afinal, eles não eram tão maus assim, conclui Cabral, eram apenas malcriados. Homens como quaisquer outros...”.

Polêmica diferente, de ordem religiosa, foi a que envolveu o Pe. Paiva com o conhecido naturalista Fritz Müller, nos idos de 1857. Sintetizo o que Cabral descreve pormenorizadamente, em três páginas¹⁴, embora advirta que o faz “em resumo”. O caso foi este: O vice-cônsul da Holanda e Inglaterra, de nome Georges M. Heaton, sofrera um acidente doméstico grave e estava às portas da morte. Paiva era seu amigo e, como sacerdote, notando que ele se encontrava “in articulo mortis”, procurou trazê-lo à fé católica e a aceitar os últimos sacramentos. Cito Cabral: “Heaton, porém, era protestante convicto e recusou, agradecendo ao amigo o zelo pela sua salvação. Paiva, por sua vez, viveu o drama interior que deve sofrer um padre em tais circunstâncias e pediu a mais dois outros sacerdotes, que visitassem o moribundo e vissem se conseguiriam demovê-lo da recusa. Não adiantou coisa alguma. O inglês, fiel à sua crença, delicadamente recusou e, debaixo de sofrimentos horríveis, fazendo a sua peritonite, rendeu a alma, cinqüenta e duas horas após o acidente. Aí entra em cena o naturalista Fritz Müller...” Torno a resumir Cabral: Ele caracteriza o sábio alemão como “ateu, que não acreditava em coisa alguma, a não ser na evolução” e que, por suas convicções destemperadas, já havia criado encencas na sua pátria e, também, com o Dr. Blumenau, na novel colônia, tendo sido por este encaminhado para o Desterro. Aqui, tendo sabido do episódio, Fritz Müller escreveu um artigo violento contra o que lhe parecia intolerância religiosa, comentando o fato de que “alguém tivera a coragem de turbar os últimos momentos de um infeliz moribundo para, por demonstrações inoportunas, persuadi-lo a mudar de religião.” E Cabral conclui: “Pena foi de que o Pe. Paiva não conhecesse o que hoje do naturalista se conhece, as suas verdadeiras idéias, os termos deprimentes com que se referia aos brasileiros..... Porque, se os conhecesse Paiva, não teria vindo com a mansidão com que voltou, para repor a verdade

13 Cabral, aqui (ibid., p. 363), não identifica qual o “jornal da época”.



dos fatos em seus verdadeiros limites, a respeito do infeliz caso Heaton.” A seguir, terminando seu retrato do Arcipreste, Cabral escreve: “Paiva morreu em 1869. Não havia ainda completado 50 anos. Pediu para ser sepultado com os paramentos, como se estivesse a ponto de subir ao altar, para celebrar o Santo Sacrifício – para deixar à posteridade a certeza de que padre fora, seguro da sua vocação, e padre aceitara o sacrifício da sua vida, oferecendo-a, ele mesmo como celebrante, ao Deus da sua fé.”¹⁵ Completando estas informações de Cabral, cito ainda Jali Meirinho que, numa breve notícia sobre Paiva, assim escreve: “Tribuno respeitado, sua palavra sempre se fez ouvir nos movimentos cívicos. Um deles foi em 1865, pela formação do voluntariado catarinense que participou da guerra do Paraguai. Igualmente, nas duas oportunidades em que o Imperador Dom Pedro II esteve no Desterro, coube ao Pe. Paiva saudá-lo. A primeira em 1845, como Vigário de São José e a segunda, em novembro de 1865, já na qualidade de Arcipreste.”¹⁶

Agora, o retrato que do Pe. Paiva desenhou **Altino Flores**, na famosa palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em 28-07-1938, considerada por Oswaldo Cabral um “trabalho criterioso”¹⁷. Altino Flores adverte que, “da vida do Arcipreste Paiva”, ele toma “alguns episódios frisantes, à luz de uma narrativa corrente, entressachada de comentários oportunos, esperando que eles ponham em relevo alguns traços desse caráter – único na vida social da antiga Desterro, e cuja psicologia está a merecer detida análise”. E continua: “O Pe. Paiva, localizado em seu meio e em seu tempo, avulta com as linhas mais expressivas de uma grande figura provinciana. A tradição, eletrizada por panegiristas de maior ou menor talento, habituou-se a considerá-lo o ‘Bossuet catarinense’. Não lhe discutirei os méritos oratórios para averiguar até que ponto é justa a comparação da ‘águia de Meaux’ com o Arcipreste da Ilha dos Patos. Apenas me deterei, por momentos, nalgumas de suas mais expressivas manifestações de *humanidade* (grifo do autor). As sombras contribuem para dar relevo à pintura..... De resto, homem inteligente, que encarou a vida ao mesmo tempo como uma batalha e como um espetáculo digno de ser apreciado e, mesmo, representado, acredito que ele, se vivo fosse e soubesse do meu intento,

14 Id., *ibid.*, pp. 363-366.

15 Id., *ibid.*, p. 366.

16 MEIRINHO, Jali, “Arcipreste Paiva”, Florianópolis, Notícias Culturais, n. 31, junho de 1942, p. 15

17 CABRAL, Oswaldo R., *op. cit.*, p. 362



me diria como disse Cromwell ao sentar-se diante de Cooper que se preparava para pintar-lhe o retrato: – ‘Pinte-me tal como sou, com verrugas e tudo’.”¹⁸

O primeiro episódio que Altino Flores relembra e comenta é o que aconteceu no dia 21 de junho de 1856, em São José da Terra Firme. A localidade assumira foros de cidade e seus habitantes comemoravam jubilosamente o fato. Pe. Paiva, que já exercera o cargo de Vigário em São José, fora oficialmente convidado para fazer o sermão gratulatório, no ato da Missa e Te Deum encomendados pela Câmara local. Acontece que o Vigário da paróquia, Pe. Macário, não se sabe por que motivos, inesperadamente deu o seu veto a que Pe. Paiva entrasse na matriz. Pe. Paiva, então, lhe dirige um ofício, pedindo a permissão. Pe. Macário responde que não. O Juiz de Direito intervém e, afinal, consegue que Pe. Macário ceda a chave do púlpito para ser entregue por outrem ao Pe. Paiva. Este, ferido em seus melindres, já não aceita dar o braço a torcer. A solução foi fazer a cerimônia no Paço da Câmara, mesmo sem Te Deum. E ali Pe. Paiva proferiu a sua peça oratória, sabe lá com que humores. Nesse meio tempo, Pe. Macário tinha resolvido officiar o Te Deum na matriz, mas os vereadores, é claro, não compareceram. E assim, observa Flores, “por uma rusga personalíssima entre duas preclaras figuras da Igreja catarinense”, o esplendor da festa comemorativa da cidadania de São José foi prejudicado.

Pouco menos de dois anos após esse incidente, Pe. Paiva esteve em conflito com outro colega, desta vez o Pe. Joaquim Elói de Medeiros, seu coadjutor na matriz do Desterro e, depois, sucessor no arceprelado. Comenta Flores que a população da capital deve ter sido surpreendida pelas linhas publicadas por um tal de “Justus”, no jornal “Argos” de 23-3-1858, com as quais o autor explicava o motivo por que Pe. Paiva deixara de embarcar para Porto Alegre no dia 19, quando já estava de mala pronta e passagem comprada. Era o rastilho da pólvora que explodiria entre os dois sacerdotes pelas colunas daquele periódico e pelas do “Santelmo” e do “Cruzeiro do Sul”. O motivo inicial fora o descontentamento do Pe. Elói com a retribuição pecuniária, a seu ver injusta, que lhe dava o Pe. Paiva, que se ausentara do Desterro para assumir o cargo de diretor do Liceu Dom Afonso, em Porto Alegre: mesmo ausente, ele cedia só a metade da cônica de vigário e dos rendimentos de batizados, casamentos e

18 FLORES, Altino, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, vol. 1, 2º semestre, 2ª fase, 1943, pp. 91-93.



enterros feitos pelo Pe. Elói. A situação chegou ao ponto de Pe. Elói retirar-se, deixando de atender ao povo na Semana Santa. Enquanto isso, seguiam as réplicas e tréplicas nos jornais da Província, cujo ambiente, “acanhado e saturado de intrigas, era propício a esses entrechoques de personalismos exacerbados”. O incidente morreu, pouco depois, conclui Flores, “com a aparente vitória do Pe. Paiva. Na realidade, o que se apurava de tudo isso é que a circunspecção, de que se deviam revestir os dois ilustres sacerdotes, estava deploravelmente conspurcada, em benefício, talvez, dos inimigos da religião”¹⁹.

Continua Altino Flores: “Político por gosto, Pe. Paiva teve de sofrer os percalços desse esporte. Já em 1849, quando ainda Vigário colado de São José, sentiu contra si o guante do governo da Província, então em mãos de Antônio Pereira Pinto”, a ponto de ter de renunciar a seu benefício paroquial. Onze anos mais tarde, já vigário do Desterro, “não se conformando com a orientação do Partido Progressista (da época!), rompe com ele, pública e espetacularmente”. Era natural que seus ardores partidários lhe valessem sátiras venenosas como as que lhe endereçou Marcelino Dutra, segundo o que vimos acima, referido por Oswaldo Cabral. “Ainda em 1860, a apresentação de seu nome à deputação valeu-lhe uma saraivada de picuinhas”, informa Flores, que depois observa: “É de crer que sua atividade política se contivesse, dentro de mais decentes medidas, depois que, em 2-5-1863, por provisão do bispo do Rio de Janeiro, fora nomeado Visitador da Província. Como se sabe, o Visitador gozava das honras e atribuições do prelado diocesano, tais como: administrar a crisma, dispensar de impedimentos matrimoniais, examinar os livros paroquiais, supervisionar o clero etc. Diga-se de passagem que o último Visitador na comarca do Desterro fora o Pe. Agostinho Mendes dos Reis, em 1811, sendo portanto o Pe. Paiva “o segundo catarinense com tal nomeação”. A dignidade que pusera no desempenho da complexa incumbência granjeou-lhe em seguida a nomeação para Arcipreste da província de Santa Catarina, por provisão de 8-1-1864.

“Mas”, continua Flores, “o gosto da política estava-lhe no sangue”. No mesmo ano de 1864, deputado provincial, exercia ele na Assembléia o cargo de 1º secretário. Acusado de ter-se empenhado para que no orçamento se incluíssem as quantias de 300\$000 réis para cômputo do Arcipreste, ele próprio, e 300\$000 réis para cômputo do coadjutor da paróquia do Desterro, teve de vir a público defender-se... Episódio quase

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 98.



anedótico foi o que por esse tempo ocorreu, segundo o que se lê no jornal “O Despertador”, que o acusara de onerar as minguadas rendas da Província com as garrafas de limonada gasosa que ingeria durante as sessões. Pe. Paiva, indignado, mandou dizer pelo porteiro da casa que essa bebida corria por sua conta e não saía dos dinheiros do expediente. E o jornal comenta: “Agradecemos a declaração e a transmitimos aos leitores desta folha, para que fiquem certos de que S.Revma. bebe gasosa por sua conta e risco”²⁰.

“Eram, certamente, esses escorregos”, comenta Flores, “que fizeram o Cel. José Bonifácio Caldeira de Andrade, em suas *Memórias*, chamar-lhe: ‘o célebre Pe. Paiva, ilustrado e de pouco juízo’. Nada obstante, era grande o número de seus admiradores. Quando, em janeiro de 1869, na cidade se espalhou a notícia de que ele havia enfermado gravemente, sua residência (na “rua da Matriz”, atual rua Arcipreste Paiva) se encheu de amigos, prontos a dar-lhe assistência. Aquele varão ativo e audaz, que, adolescente pobre, começara seus estudos no Seminário São José, no Rio de Janeiro, e os concluía com a ajuda de benfeitores, e que, através de vicissitudes de todo gênero, chegara a empunhar a vara do arciprestado da Província, condecorado com a insígnia das ordens de Cristo e da Rosa, estava agora, ali, jugulado pela dor, tolhido de paralisia e asfixiado por uma infiltração serosa.”²¹

Continua Altino Flores, comentando o testamento do Pe. Paiva, testamento no qual não há qualquer alusão a alguma descendência²²: “Vendo que a morte se aproximava, fez ele seu testamento nuncupativo (isto é, de viva voz) a seu afilhado Bernardino Varela. Declarava²³ querer que seu anel de Vigário fosse remetido ao seu prelado, o exmo e revmo. Bispo diocesano que, esperava, se dignaria aceitá-lo...” Deixava seu relógio e corrente ao compadre; aos afilhados, queria que se desse, como lembrança de sua parte, alguns livros de instrução moral e religiosa, próprios de suas idades. À Irmandade da Misericórdia, pediu que desse um dos seus prédios mais pequenos à sua mãe, para ela habitar enquanto vivesse. Sendo irmão da confraria de São Pedro, do Rio de Janeiro, pediu

20 Id., *ibid.*, p. 100.

21 Id., *ibid.*, p. 101.

22 No verbete dedicado ao Pe. Paiva, no *Dicionário Político Catarinense*, organizado por PIAZZA, Walter F., Florianópolis, Ed. da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, verbete assinado por JM (Jali Meirinho), se afirma que ele faleceu “com descendência”, sem mais comentários. Oswaldo CABRAL, como também Altino FLORES, pelo que me consta, ignoram essa “descendência”.

23 FLORES, Altino, não cita a fonte de onde extraiu os dados do testamento.



que se pusesse em dia seus anuais “a fim de se lhe fazerem os sufrágios a que tinha direito”. Atentas as circunstâncias em que deixava sua família, “recomendava-a a todos os seus amigos, tanto desta província como da Corte e outros lugares, e confiava que fariam a bem dela quanto pudessem, especialmente aqueles que eram seus credores”. Declarou outrossim que, ao dar-se o seu passamento, queria que seu cadáver fosse lavado com algum desinfetante, depois vestido e paramentado com alva e casula, como em ato de celebrar Missa... e assim conduzido para a encomendação na Igreja Paroquial, onde, conforme fosse a hora do seu falecimento, queria que se celebrassem Missas de corpo presente e houvesse algum ofício, que esperava de seus colegas... Depois seria conduzido à Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, de que era irmão e, feita a respectiva encomendação, deveria ser sepultado no cemitério dos pobres da Caridade, devendo-se fazer tudo com singeleza e sem ostentação. Depois de três anos, se lhe exumassem os restos mortais, os quais, junto com os de seu pai, deveriam ser inumados com a mesma urna no cemitério público, escrevendo-se sobre a sepultura o seu nome e, por baixo, as palavras *Ave Maria*. Fez ainda declarações sobre seus escritos, recomendando que seu *Compêndio de Filosofia*, ainda por terminar, bem como suas poesias sagradas e profanas (algumas destas deveriam ser queimadas) fossem entregues a seu cunhado, Paulicéia Marques, a fim de as completar, coligir e dá-las ao prelo; e que o manuscrito de seu *Dicionário Topográfico Histórico e Estatístico* da Província fosse entregue a seu amigo Bernardino Varela, para que o fizesse publicar na Corte do Rio de Janeiro, por meio de ações ou assinaturas, ou como fosse mais conveniente etc.”²⁴ A propósito, o *Dicionário* teve de esperar mais de 130 anos até ser publicado, afinal, como já dito, em 2003.

E Altino Flores assim conclui, como o dobrar plangente do sino a finados, a sua conferência: “Daí a pouco, a voz que aconselhara e combatera, que pregara e discutira, e até se fizera ouvir diante do Imperador para saudá-lo quando de sua passagem por esta capital, aquela bela e sonora voz que fora o clarim do púlpito catarinense, para sempre emudecia. Era pouco mais da meia-noite de 29 de janeiro de 1869”²⁵.

24 FLORES, Altino, na conferência citada, pp. 101-103.

25 Id., *ibid.*, p. 103.



2. O Dicionário

Agora, o segundo quadro, de certo modo autobiográfico, porque pintado com os traços e as cores do próprio Arcipreste na sua obra maior, o *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*, publicado mais de um século após sua elaboração. Já aludimos ao fato de que o volume faz parte, como n. 5, da coleção “Catariniana”, editada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em 2003. Após a Apresentação, assinada por Marly Ana Fortes Bustamante Mira, segue a obra com o seu título e identificação do autor, na p. 19, a Introdução, com 35 páginas (pp. 21-55) e, finalmente, o *Dicionário* como tal, de “A” a “Z”, desde o verbete “Abraão”, na p. 57, até o verbete “Zimbros”, na p. 277, isto é, ao longo de 221 páginas.

Disse que esse quadro é de certo modo autobiográfico, não porque o Arcipreste nele fale de si, pois, além da motivação que o levou a empreender a obra, de si não diz uma só palavra, mas porque esse trabalho, que o ocupou por cinco anos²⁶, revela um homem erudito, cuidadoso, informado, com grande capacidade de síntese e, mais que tudo, um catarinensista! De fato, o Arcipreste Paiva é um desterrense que foi ao mesmo tempo catarinense ufano deste “paraíso terreal do Brasil”, expressão que ele emprega na Introdução da sua obra²⁷. Um catarinense defensor da integridade territorial da “Província”, cujos limites para ele se estendiam inquestionavelmente até o Peperi-Guaçu, no Oeste, tendo como limite com o Paraná (Província criada em 1853) os rios Negro e Iguaçu. Nesse sentido, ele refere-se a um Decreto do Governo Imperial, “menos bem informado”, que em janeiro de 1865 alterou esses limites, “com manifesta injustiça despojando a província de Santa Catarina de quase um terço do seu território em favor da província do Paraná, já tão bem aquinhoadá”. E refere, a propósito, a reação da Assembléia Legislativa Provincial, da qual ele era o Presidente, e das municipalidades catarinenses, que em outubro do mesmo ano conseguiram a suspensão do Decreto²⁸. É sabido como a questão se arrastou, e foi uma das causas da guerra do Contestado, até sua solução, com os limites atuais, em 1916. Não deixando dúvidas sobre a legitimidade da reivindicação catarinense,

26 PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e, *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*, Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2003, p. 21.

27 Id., *ibid.*, p. 23.

28 Id., *ibid.*, pp. 24-25.



ele a reafirma quando trata do rio Peperi-Guaçu, por ele descrito na p. 199²⁹; da mesma forma, ao tratar do rio Negro, na p. 225, e do rio Iguaçú, na p. 275³⁰.

Mas ouçamos, como comprovação desse catarinensismo e da personalidade do Arcipreste, suas próprias palavras de Introdução ao *Dicionário*: “O conhecimento exato³¹ da Topografia e História de um país não interessa somente àqueles que se dedicam ao estudo das ciências: é indispensável, ou pelo menos de suma conveniência, aos que exercem a indústria agrícola, comercial ou artística. Os meninos, depois de beberem as inspirações da moral e religião nos bons livros e nos exemplos de seus pais e mestres, e de conhecerem o código das leis pátrias, devem estudar física e moralmente o ponto do globo que aprouve à Providência designar-lhes para seu berço. Os mares, as ilhas, os rios, os montes, as cidades, as vilas e outras localidades, as riquezas naturais dos três reinos da natureza, sua posição astronômica, seu clima, as dimensões de seu território, as relações com os povos limítrofes, o caráter e costumes predominantes de seus conterrâneos, são objetos estes que prendem a atenção infantil, recreiam a imaginação, despertam o desejo de um estudo tão instrutivo quanto deleitável, e ainda mais desenvolvem em seus corações tenros e puros os nobres sentimentos de patriotismo, nacionalidade, e fervente dedicação ao torrão que os viu nascer.”³²

“Estas considerações nasceram-nos ao empreender um trabalho, que proporcionasse à nossa província natal as vantagens de que outras já gozam, oferecendo a nossos concidadãos um livro cuja utilidade não se pode contestar. Trabalho superior às nossas forças, mas não aos nossos desejos, tem-nos ocupado há cinco anos; e ainda assim não cremos haver produzido coisa perfeita. Ao princípio baldo de bases, onde pudéssemos firmar este modesto edifício, tivemos de percorrer toda a província com exceção do município de Lages, para adquirir pessoalmente conhecimentos que não nos ofereceram, nem memórias, porque não existiam, com precisos elementos, e nem mapas, que pela maior parte eram inexatos. A província de Santa Catarina, pois, não possuía os indispensáveis dados estatísticos para ser devidamente apreciada. A sua topografia era incompletamente

29 Grafado, nesta edição, *Pipiriguassú*.

30 Grafado *Yguassú*.

31 No texto, à p. 21, lê-se um incompreensível “e pacto”. A propósito, a edição publicada carece urgentemente de uma revisão geral, tantas são, em algumas páginas, as falhas tipográficas.

32 *Id.*, *ibid.*, p. 21



conhecida. A sua história, desde o seu descobrimento e sua fundação, estava traçada ligeiramente pelos escritores, que, tratando de outras províncias, acidentalmente alguma coisa diziam sobre esta parte do Brasil que reputavam pouco interessante.”³³

“Os trabalhos científicos que hábeis engenheiros têm empreendido na província, uma pequena memória histórica do Sr. Major Manoel Joaquim de Almeida Coelho, alguns documentos antigos perscrutados nos arquivos da Secretaria do Governo e das Municipalidades, no Cartório eclesiástico do Arciprestado e no livro de Tombo da paróquia da capital, auxiliaram-nos em tão árdua empresa. E cremos que, se não conseguimos dar á luz um trabalho perfeito neste gênero, ao menos oferecemos aos vindouros um auxiliar minucioso e o mais aproximadamente exato³⁴, o qual poderá concorrer um dia para facilitar a aparição de uma obra mais completa, e que melhor preencha a lacuna que vimos de lamentar”.³⁵

Até aqui, a Introdução do Pe. Paiva ao seu *Dicionário*. Suas últimas palavras tornaram-se proféticas. De fato, meio século após seu falecimento, surgiu uma obra mais completa que a sua: o *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina*, elaborado por José A. Boiteux e publicado em três volumes, editados entre 1915 e 1940, perdendo-se infelizmente o quarto volume em incêndio na Imprensa Oficial. Segundo a já citada Profa. Marly A.F. Bustamante Mira, que dá esta informação, a obra do Arcipreste Paiva foi a fonte maior do *Dicionário* de José Boiteux: “São duas obras complementares, uma lançando as bases para a outra e ambas enriquecendo a Geografia de Santa Catarina”.³⁶

Após a Introdução pessoal, Pe. Paiva aborda vários itens, uns mais, outros menos desenvolvidos. A “notícia geral da província de Santa Catarina”, em uma página, termina com este arroubo catarinensista: “tais são os elementos de riqueza – minerais e vegetais – com que a Providência dotou este belo torrão do Novo Mundo, os quais, no porvir, desenvolvidos e devidamente apreciados, colocarão esta província no posto que por direito lhe compete entre as estrelas do Império de Santa Cruz”³⁷. A seguir, após a “posição astronômica”, aborda os “limites” do Estado,

33 Id., *ibid.*, p. 22

34 Aqui, novamente, à p. 22 em baixo, um incompreensível “o mais aproximado pacto”.

35 Id., *ibid.*, p. 22

36 Id., *ibid.*, p. 16.

37 Id., *ibid.*, p. 24. Aí, em mais um caso de erro tipográfico, lê-se “Império de Santa *Catarina*”, em vez do correto “Santa *Cruz*”.



defendendo, como já vimos, sua integridade territorial, já então contestada. Trata, depois, rapidamente, da “dimensão”, do “clima”, do “aspecto físico”, da “orografia”, e da “hidrografia”, para estender-se um pouco mais sobre o “descobrimento”, a saber, da Ilha, e a “fundação” de Desterro por Francisco Dias Velho Monteiro³⁸. Nessa altura, comentando a origem do nome de “Santa Catarina”, Paiva opina que provém “da filha mais velha do fundador ou, segundo afirmam outros, lhe fora imposto já por Martim Afonso de Souza, que teria aportado a esta ilha no dia 25 de novembro³⁹, dia consagrado à Santa. Refere também que, “segundo a tradição, em Canavieiras fora fundada a primeira capela com a invocação da ilustre mártir de Alexandria”⁴⁰. A seguir, tratando da “catequese e civilização”, queixa-se da dificuldade de indicar datas mais exatas dos fatos anteriores à criação da paróquia de Nossa Senhora do Desterro, fatos que “deveriam constar dos livros que desapareceram por ocasião da invasão espanhola, em 1777.”⁴¹ Quanto ao “governo” da Província, menciona os Governadores do período colonial, um por um, com as realizações respectivas, desde o Brigadeiro José da Silva Paes em 1738, até os Presidentes do tempo do Império, também um por um, a começar do primeiro Presidente em 1823, o Desembargador João Antônio Rodrigues de Carvalho. O último Presidente mencionado por Paiva é o Doutor Carlos Augusto Fessar de Abreu, que tomou posse no dia 11-1-1969⁴². Vinte dias depois, em 29 de janeiro, o Arcipreste falecia.

Seguem informações e estatísticas sobre as riquezas minerais e vegetais, sobre a pesca, p. ex. da baleia, que floresceu entre 1746 e 1824, período em que “ano houve em que se mataram nestas Armações para cima de mil baleias”⁴³; sobre a produção agrícola exportada pelo porto do Desterro no ano de 1867, sobre o comércio, a navegação, a renda pública etc. Quanto à população da província, “dos mapas parciais remetidos à Secretaria de Polícia em janeiro de 1865, deduz-se”, escreve Paiva, que totaliza 138.665 habitantes, dos quais, 16.848 escravos. Mas

38 Id., *ibid.*, p. 30.

39 De fato, quem por primeiro esteve na Ilha por essa data, em 1526, dando-lhe por isso o nome de “Santa Catarina”, foi o navegador veneziano Sebastião Caboto, espanhol, como convincentemente demonstra Nereu do VALE PEREIRA em seu livro recente, *Santa Catarina – A Ilha, 500 anos – Origem de sua denominação e outros feitos*, Florianópolis, Fundação Cultural Açorianista, Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, 2004

40 PAIVA, *Dicionário...*, p. 30.

41 Id., *ibid.*, p. 33.

42 Id., *ibid.*, p. 41.

43 Id., *ibid.*, p. 44.



ele opina que há bem mais, “mais uns 60.000 habitantes, na proporção de 9 livres por 1 escravo”⁴⁴. Fala ainda da “Instrução Pública”, da “Força Pública”, do “Corpo Policial”, da “Defesa Marítima”: nesse parágrafo menciona as fortalezas da barra do norte, as da entrada da cidade, a da barra do sul (Araçatuba), e outros fortes ou fortins em ruínas, que “seria conveniente reparar, antes de se tornarem necessários e faltar para isso o tempo.”⁴⁵ Quanto à representação política, informa que a Província é representada por um senador e dois deputados à Assembléia Geral, e 20 membros da Assembléia Provincial, havendo 213 eleitores distribuídos nos 6 colégios seguintes: Capital, São José, Tijucas, Laguna, São Francisco, Lages. Quanto à “divisão eclesiástica”, informa que a Província constitui um Arciprestado com 4 comarcas, trinta e nove freguesias (paróquias) e 6 capelas curadas, situando-se estas nas colônias de Angelina, Santa Isabel, Vargem Grande, Teresópolis, Brusque, e Blumenau.

Último item da sua Introdução ao *Dicionário* são “algumas observações sobre o caráter dos habitantes de Santa Catarina”. Nelas, mais uma vez, o seu catarinensismo, ufanista sem deixar de ser realista. Vejam como se exprime: “Os catarinenses, descendendo em sua maioria de colonos açoritas e de naturais da Capitania de São Vicente, são em geral afáveis, hospitaleiros, e religiosos; sinceros e delicados no trato social; bravos e resignados nas vicissitudes da guerra, de que tem dado sobejas provas nas campanhas da Cisplatina, do Rio Grande do Sul, e atualmente na do Paraguai; audazes para afrontar os perigos do oceano desde a meninice; pacíficos, amigos dedicados do seu berço natal, talentosos e amantes das letras, e inclinados ao comércio, em cuja carreira muitos se têm distinguido.”⁴⁶

“Filho deste torrão que muito amamos, e desejamos sinceramente seu engrandecimento, não podemos deixar de confessar: aos catarinenses falta ainda o ânimo para as grandes empresas, o espírito de associação, e essa ambição de glória que excita o gênio a multiplicar os pequenos recursos para obter máximos resultados. Estas faltas, porém, devidas talvez ao acanhamento proverbial dos nossos antepassados, primeiros habitantes deste solo, queremos dizer, efeitos antes da educação que da índole, são assaz compensadas com as virtudes que enumeramos sem

44 Id., *ibid.*, p. 48.

45 Id., *ibid.*, p. 52.

46 Id., *ibid.*, p. 54.



receio de contestação. Na história pátria figuram inúmeros catarinenses que, por seus talentos, virtudes e serviços prestados ao país, a tradição mais honrosa tem conservado e conservará perpetuamente, na memória de seus concidadãos”. Citando a seguir vários deles, a começar do “virtuoso Irmão Joaquim”, o Arcipreste Paiva, cuja figura com justiça incluímos na lista, é um desses catarinenses ilustres “cujos nomes o Brasil registra com orgulho entre os de seus filhos beneméritos.”⁴⁷

Até aqui, ainda, a Introdução ao *Dicionário*. Como se vê, seria necessária uma conferência inteira, e mais que uma, só para comentar esta obra interessantíssima, que aborda mais de 1200 verbetes descrevendo cidades, vilas, rios, arroios, montanhas, serras, baías, ilhas, colônias, lagos, morros, praias etc, do nosso Estado. Com os limitados recursos disponíveis naquele tempo, em meados do século XIX, mesmo com os “cinco anos de trabalho” a que se refere o autor⁴⁸, trabalho que abrangeu inclusive o percurso “de toda a Província com exceção do município de Lages”⁴⁹, e isto enquanto ele continuava desempenhando suas funções religiosas de Vigário do Desterro e Arcipreste da Província, e suas funções políticas de Deputado provincial, é simplesmente espantoso que tenha conseguido realizar um trabalho desse porte. E é compreensível, por outro lado, que certos dados sejam incorretos, ou incertos, exatamente pela falta de referência ou, como ele mesmo adverte, pelas “graves inexatidões”⁵⁰ de certas fontes. Mas a obra, enfim publicada, aí está, disponível para pesquisa, confronto, verificação ou, simplesmente, para leitura interessantíssima a todos os que amamos a terra e a gente catarinense.

E agora, entre tantas opções para concluir este meu panegírico, comento o que Paiva escreve sobre o nome original da nossa cidade, para confrontá-lo, depois, com a opinião de Oswaldo Cabral. A informação, um tanto precária, encontra-se, significativamente, não no verbete “Desterro”, sobre a cidade capital, mas no verbete “Santa Catarina”, sobre a Ilha. Ao mencionar a fundação da povoação por Dias Velho, segundo ele “no ano de 1651”, Paiva nada diz sobre Nossa Senhora do Desterro. Escreve apenas que “o primeiro cuidado do fundador foi edificar, no mesmo lugar onde hoje está a igreja matriz, uma pequena ermida dedicada a Santa Catarina Mártir... ermida posteriormente elevada à condição de

47 Id., *ibid.*, p. 55.

48 Id., *ibid.*, p. 21.

49 Id., *ibid.*, p. 22.

50 Id., *ibid.*, p. 23.



paróquia sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro”... Isto, na pág. 104. Na pág. 30, porém, informara que “a primeira capela, sob a invocação da ilustre Mártir de Alexandria”, Santa Catarina, “fora edificada em Canavieiras, à entrada da barra do norte”. Um pouco adiante, no citado verbete “Desterro”, descrevendo a nova matriz, edificada em 1753, informa que nela se encontra “o grupo venerando que representa a fuga da gloriosa Padroeira”, o qual “é de uma semelhança admirável e representa um primor de arte”⁵¹. Ao descrever a Ilha, porém, à pág. 236, comenta o seguinte: “Este belo torrão do Brasil foi, nos primeiros tempos, destinado pela Metrópole para lugar de *degredo*. Porém a benignidade do clima, a uberidade do solo e um magnífico porto de abrigo e frescor freqüentado por navios de largo curso, desde que se começou a ensaiar a navegação do Pacífico, foram ponderosos motivos para que o Governo Português não continuasse a desconsiderar destarte a *pérola de suas possessões de ultramar* (grifo meu), imprimindo nesta *paradisíaca mansão* (grifo meu) o oprobrioso estigma de asilo de proscritos. O decreto de 20-11-1797 reabilitou a Ilha de Santa Catarina, apreciando devidamente *os dotes de que a enriquece a natureza* (grifo meu); e designou para lugar de desterro a capitania de Mato Grosso e os rios Branco, Negro e Madeira”⁵².

Diferente é a versão de Oswaldo Cabral, que trata do assunto no capítulo inicial do primeiro volume da sua obra maior, já mencionada⁵³. E o trata com uma argumentação bem mais cabível, que se estranha não tenha sido formulada por Paiva. Assim escreve Cabral: “Muita gente pensou, e ainda pensa hoje, que esse nome – *Nossa Senhora do Desterro* – foi dado por ter sido isto aqui um coito de desterrados, de criminosos para cá mandados pelas Justiças. Nada disto. Veio, é certo, alguma gente desterrada para cá, *extraminada*, como então se dizia, ou com domicílio forçado, devido a algumas contravenções praticadas. Veio até gente muito importante, para residir obrigatoriamente em alguma Fortaleza, longe dos seus concidadãos, como medida de segurança. Mas não foi tanta gente assim. Houve lugares, no Brasil, que acolheram maior número de criminosos. Para o Desterro até que os Vice-Reis não faziam muita questão de mandar, pois celebrava-se muito a “benignidade” do clima – e criminoso

51 Id., *ibid.*, p. 106. Aqui, Paiva refere-se, evidentemente, não ao conjunto escultural em madeira que veio do Tirol bem mais tarde, em 1903, mas ao grupo barroco de Nossa Senhora, São José e o Menino Jesus, que atualmente se encontram no Museu Arquidiocesano de Azambuja.

52 Id., *ibid.*, p. 236.

53 CABRAL, Oswaldo Rodrigues, *Nossa Senhora do Desterro: vol. I, Notícia, vol. II, Memória*, Florianópolis, Edit. Lunardelli, 1979, vol. I, p. 39.



não era para ser tratado com tais regalias... O nome lhe veio da Padroeira, instituída pelo fundador, que se desterrara da sua terra sob a proteção da Família Sagrada, a qual também o fizera para fugir à perseguição de Herodes. Desterro não era para ele degredo, banimento, efeito de punição, mas sim, viver longe da terra do seu nascimento. Desterro punição era então apenas *extramínio*, ou degredo mesmo...”⁵⁴ A seguir, Cabral comenta, com detalhes, a mudança do nome Desterro para Florianópolis, em 1894, mas isto já é outra conversa.

É tempo de concluir. Vejo que a multifacetada figura do Arcipreste Paiva mereceria muito mais, um panegírico muito mais completo do que o que pude apresentar. Mas sinto-me contente por ter começado a conhecer esta “grande figura da pequena Província”, como se expressou, a seu respeito, Altino Flores. Não tive acesso, por falta de tempo, a outras obras suas, além do “*Dicionário*”. Gostaria de poder ler alguns dos seus sermões. Também, alguns dos seus discursos políticos. Quem sabe, respigar alguma coisa no livro de Tombo da paróquia do Desterro, da sua época. Analisar, outrossim, as outras obras suas já publicadas. Creio, porém, que o que pude extrair dos trabalhos de Oswaldo Cabral e Altino Flores e, mais ainda, o que destaquei do mencionado “*Dicionário*”, já conseguiram dar uma idéia, por imperfeita que seja, da grandeza desse homem que, em tão pouco tempo, em tão curta vida, realizou tanto.

Florianópolis, 17 de outubro de 2005.

54 Id., *ibidem*.